

XVI ENCONTRO NACIONAL DE SIOT

Futuros do Trabalho: Políticas, Estratégias e Prospetiva

27 e 28 de Novembro de 2015 :: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Universidade Nova de Lisboa
Tema 2) Mercados (Trans)nacionais de Emprego

Perfis de transição para o mundo do trabalho e precariedade entre os jovens

Fernando Diogo

fernando.ja.diogo@uac.pt

Universidade dos Açores, CICS.UAc/CICS.NOVA.Uac

Ana Cristina Palos

cpalos@uac.pt

Universidade dos Açores, CICS.UAc/CICS.NOVA.Uac

Oswaldo Silva

osilva@uac.pt

Universidade dos Açores, CICS.UAc/CICS.NOVA.UAc¹

Resumo

Nesta comunicação analisa-se a transição escola-trabalho dos jovens açorianos, salientando-se as marcas de precariedade no emprego e no acesso ao emprego. Num contexto de flexibilização das relações laborais, torna-se pertinente questionar os impactos deste fenómeno nos processos de inserção profissional dos jovens, algo que se tem vindo a configurar como um dos mais complexos problemas sociais nas sociedades atuais.

As investigações desenvolvidas na confluência entre a sociologia da juventude e do trabalho têm procurado perceber em que medida as transformações económicas e sociais influenciam os processos de integração social dos jovens, analisando, mais especificamente, as múltiplas repercussões da precariedade no processo de autonomização e de transição dos jovens da escola para o mundo do trabalho, situação particularmente problemática nos países do sul da Europa.

Assim, pretendemos nesta comunicação determinar perfis de saída da escola e de ingresso no mercado de trabalho, bem como o peso da precariedade no emprego expresso nos vínculos laborais destes jovens.

Os dados empíricos respeitam a um estudo enquadrado no Observatório da Juventude dos Açores e são estatisticamente representativos desta região autónoma, tendo sido tratados através da Análise em Componentes Principais Categórica (CatPCA) e outros métodos estatísticos.

Nesta região os jovens apresentam um baixo desempenho escolar bem como um elevado desemprego juvenil, constituindo o terreno ideal para se analisar o problema da precariedade no emprego na transição escola-trabalho. Pretende-se, pois, contribuir para um maior conhecimento da precariedade entre os jovens, uma questão que, apesar dos esforços, permanece pouco estudada em Portugal.

Os dados permitem concluir pela existência de 3 grupos com transições escola-trabalho vincadamente distintas. As questões da precariedade são centrais para os definir, associadas à escolaridade dos próprios e à sua idade. Em contraste, o sexo e a origem social não apresentam um peso importante na definição destes grupos.

Palavras chave: Jovens, transição escola-trabalho, perfis, precariedade

Introdução: Jovens e transições difíceis entre mundos sociais

Nos anos 80 o trabalho seminal sobre a juventude portuguesa de Braga da Cruz *et al.* (1984) definia a saída da juventude, a transição para a vida adulta, a partir de um conjunto de

¹ UID/SOC/04647/2013, com o apoio financeiro da FCT/MEC através de fundos Nacionais e quando aplicável co-financiado pelo FEDER no âmbito do acordo de parceria PT2020.

indicadores clássicos onde se salientavam o ingresso no mercado de trabalho e a constituição de uma família de procriação.

Contudo, já a partir dos anos 90 vários autores referem-se, concretamente, ao estilhaçamento da ideia de “geração social juvenil” dada a multiplicação de formas de transição mais ou menos precárias (Lopes, 1996:38) ou ainda à “pluralidade de modelos” no que respeita às atitudes dos jovens em relação ao trabalho e ao emprego (Pais, 1998:171). Nas duas décadas seguintes diversos autores (como Guerreiro e Pegado, 2006 e Guerreiro e Abrantes, 2007, Serracant, 2011) apontam para a fluidificação das fronteiras entre juventude e idade adulta ou para os efeitos na transição para a idade adulta da crescente incerteza no mercado de trabalho (Palos, 2002), situação que, nas sociedades atuais, deixou de ser uma prerrogativa exclusiva da juventude dado que o emprego precário se tem instalado de forma persistente em todas as gerações (Beck, 2005; Castel, 2009; Oliveira e Carvalho, 2008).

A transição escola-trabalho tem sido uma das dimensões problematizadas quando se analisam os processos de transição para a vida adulta. A massificação do ensino e as recorrentes alterações no mundo do trabalho têm vindo a tornar mais complexos, imprevisíveis e heterogéneos esses processos de transição. Como referem Furlong, Cartmel e Biggart (2006, p. 227) se alguns jovens podem afirmar as suas “biografias de escolha” neste processo de transição, outros acabam por enredar-se em processos de vulnerabilidade, permeados pelo risco e pela incerteza.

Neste contexto, a escolaridade parece constituir-se como fator que diferencia os indivíduos, em geral, e os jovens, em particular. Em Portugal, a investigação tem permitido perceber a existência de uma pluralidade de posturas dos jovens perante a escolaridade, mas que, para efeitos analíticos, podemos dicotomizar entre os que desenvolvem trajetórias escolares mais longas – marcadas pelo pragmatismo e pela instrumentalidade do saber – e os que se caracterizam por uma relação com o mundo escolar que podemos qualificar como mais distanciada, caracterizada por ser potencialmente hostil, de desinteresse e de recusa liminar da escola (Abrantes, 2003; Palos, 2002).

Kóvacs (2013) encontrou como os mais relevantes princípios de desigualdade entre os jovens a origem social e a escolaridade possuída à saída da escola. Guerreiro e Pegado (2006) realizam uma sistematização da literatura sobre a relação da juventude com o mundo do trabalho e

consideram que as desigualdades de qualificações escolares no seio da juventude são centrais para a definir (e diferenciam a juventude portuguesa de outras juventudes europeias, onde os níveis de escolaridade são mais homogéneos). No mesmo sentido, um estudo realizado por Guerreiro, Cantante, & Barroso, (2009), veio vincar a centralidade da reprodução social nas trajetórias escolares dos jovens e do peso destas nas trajetórias de emprego, em especial para os rapazes.

Centeno *et al.* (2000) sintetizam com pertinência esta questão quando consideram que nem todos os jovens se encontram no mesmo patamar quando procuram aceder ao mercado de trabalho: por um lado, encontram-se os que retardam a sua entrada e, por outro, os que procuram integrá-lo precocemente.

Nos anos 80, aquando da realização do trabalho de Braga da Cruz *et al.* (1984) a que aludimos anteriormente, não era preciso problematizar a saída da escola e o ingresso no mundo do trabalho, dado que uma etapa pressupunha a outra. Esta linearidade deixou de caracterizar a maior parte dos percursos de transição dos jovens nas sociedades atuais. Aliás, diversidade e imprevisibilidade (Serracant, 2015) parecem melhor caracterizar agora os processos de instalação na vida adulta. Por outro lado, no atual contexto de “sacralização do mercado”, a que se alia uma segmentação dos mercados de trabalho, e, no caso particular dos países do sul da Europa, as fortes limitações nas formas de proteção social, instala-se como norma a individualização e a informalidade no acesso ao mercado de trabalho (Marques, 2010:3), colocando no indivíduo o ónus de enfrentar os constrangimentos estruturais (Serracant, 2015).

A precariedade juvenil surge, nas sociedades atuais, matizada com múltiplas tonalidades. Os estágios (umas vezes remunerados outras não), as formações não escolares (por vezes remuneradas como alguns cursos de formação profissional) os programas ocupacionais (Ferreira, 2014), constituem-se como formas difusas (ou intermédias) de transição entre a escola e o trabalho, dado que se caracterizam por não serem categorizáveis como situações educativas e pelo facto de não assumirem ainda características típicas das situações laborais.

Acresce que a passagem dos jovens para o mundo do trabalho também se complexifica e fica dificultada com um elevado número de situações de precariedade no emprego e de um desemprego juvenil alto e em crescendo (Carmo *et al.*, 2014:1), pelo que se pode considerar que

a sua firme instalação no mundo do trabalho é um processo árduo. Esta transição difícil dos jovens para a atividade profissional prolonga-se no tempo com avanços e recuos: situações de desemprego, de precariedade, de estágios e de formações; estas situações integram a chamada transição em ioió (Pais, 2001; Biggart & Walther, 2006), adquirindo características que se encontravam associadas à relação com o emprego das categorias sociais mais desfavorecidas: as trajetórias de emprego em carrossel (Diogo, 2010).

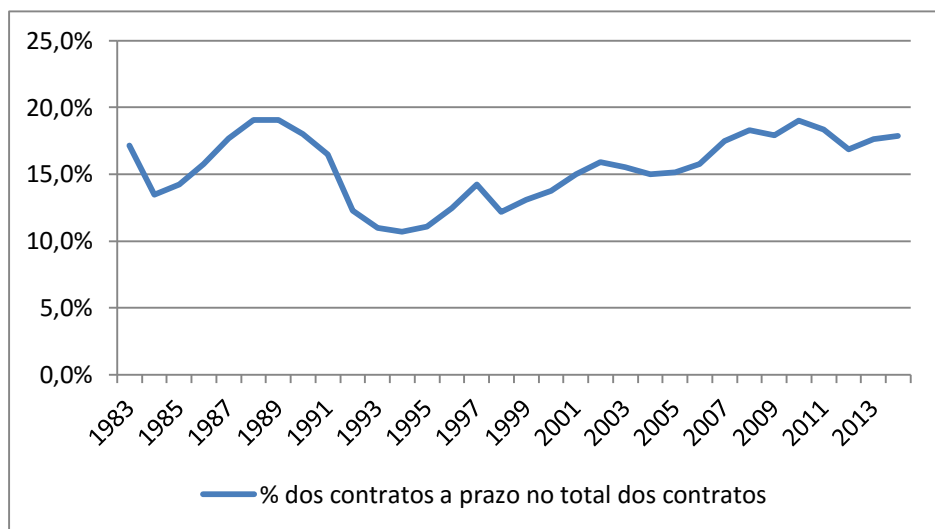
A precarização das relações laborais

Como vimos, na transição escola-emprego, para além da multiplicação de formas difusas de transição, existem dois fatores que a condicionam fortemente, a instalação do desemprego de massas e a precarização do emprego. Estes são fatores em que os jovens correspondem a uma das categorias mais afetadas (Guerreiro e Abrantes, 2007; Alves *et al.*, 2011; Oliveira *et al.*, 2011 e 2013; Kovács, 2013; Carmo *et al.*, 2014, Lobo, Ferreira, & Rowland, 2015).

Estudos recentes dão conta que o desemprego juvenil tem vindo a aumentar de forma expressiva nos últimos anos (Carmo e Nunes, 2014). Este é um fenómeno social sobejamente estudado, dispondo a investigação de uma ampla bateria de indicadores estatísticos para o medir. Em contraponto a precarização do emprego representa um problema social em que os dados estatísticos são escassos (Oliveira *et al.*, 2011, Diogo, 2012, Carmo e Nunes, 2014) e que não tem sido objeto de um grande número de estudos, em particular na incidência deste fenómeno junto das categorias sociais mais desfavorecidas, justamente as mais afetadas (Diogo, 2012). Acresce que a associação da precariedade no emprego à clandestinidade das relações laborais (através da subdeclaração ou da não declaração de rendimentos para efeitos de impostos e de segurança social) transforma boa parte destas situações em cifras negras (ou cinzentas), algo que dificulta a análise da incidência e das características da precariedade (Diogo, 2012), especialmente através das estatísticas oficiais.

O peso dos contratos a prazo no total dos contratos é um dos poucos indicadores disponíveis para aferir a precariedade na sociedade portuguesa, permitindo perceber que se verifica uma tendência para o seu aumento (Gráfico 1), havendo, como demonstraram Oliveira *et al.* (2011), uma maior incidência nos jovens.

Gráfico 1. Peso dos contratos a prazo no total dos contratos



Fonte: Pordata, INE, Inquérito ao emprego

Não obstante os contratos temporários, ou contratos a prazo, são apenas uma das formas de contratação precária, considerando que esta pode ser definida como o conjunto das formas contratuais que não se encaixam no modelo de contratação por tempo indeterminado, também designado como emprego permanente, fixo ou sem termo. Existem formas de emprego que não correspondem a este modelo e que não são necessariamente precárias, como o tempo parcial. Neste caso, o que qualifica estas formas de emprego como precárias é o facto de serem involuntárias (Kovács, 2005:2-3) e de estarem associadas a fraca proteção social (Santana e Centeno, 2000:25-26, Rebelo, 2004:43, Kovács, 2005:2-3, Duarte, 2009:44 e Dornelas *et al.*, 2010:10) ou à clandestinidade do vínculo (expresso na subdeclaração ou não declaração dos rendimentos gerados para efeitos de impostos e segurança social).

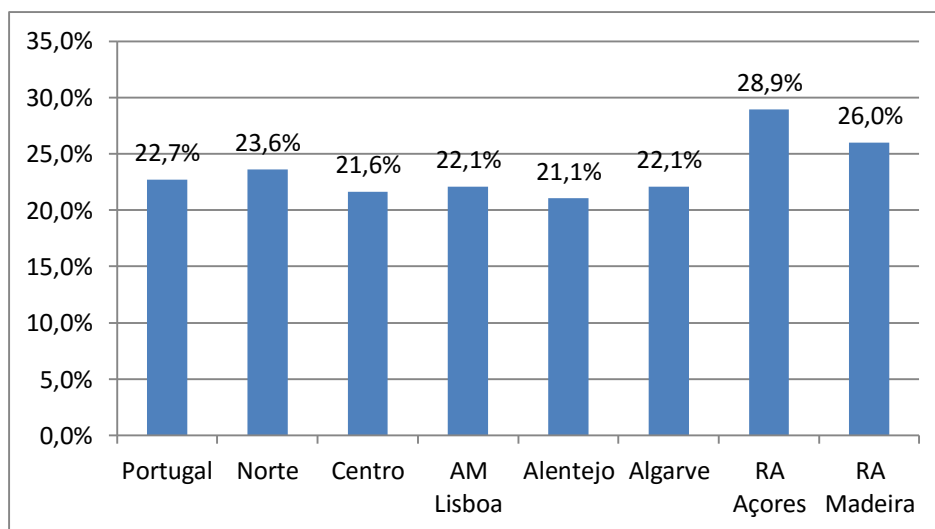
Neste sentido, nem todas as formas de precariedade são iguais, e é preciso separar claramente os contratos a prazo, por norma associados a direitos sociais e aos descontos para efeitos fiscais, de formas de precariedade em que a probabilidade de uma situação de clandestinidade é maior, como os contratos orais ao dia e à tarefa, ou mesmo os recibos verdes. Nesta comunicação apresentamos dados que procuram ter em conta os principais tipos de vínculo que os jovens podem ter, não apenas a partir do eixo sem termo/precário, mas também a partir dos eixos com direitos/clandestino e rendimentos aferidos. É a partir da conjugação destes três eixos que

podemos fazer uma primeira aproximação à intensidade da situação de precariedade em que os jovens se encontram.

Os jovens nos Açores

A transição escola-trabalho nos Açores é relativamente singular. A região conta com um número de jovens (21.6%), acima da média nacional, sendo mesmo o mais elevado das diversas regiões do país (Gráfico 2).

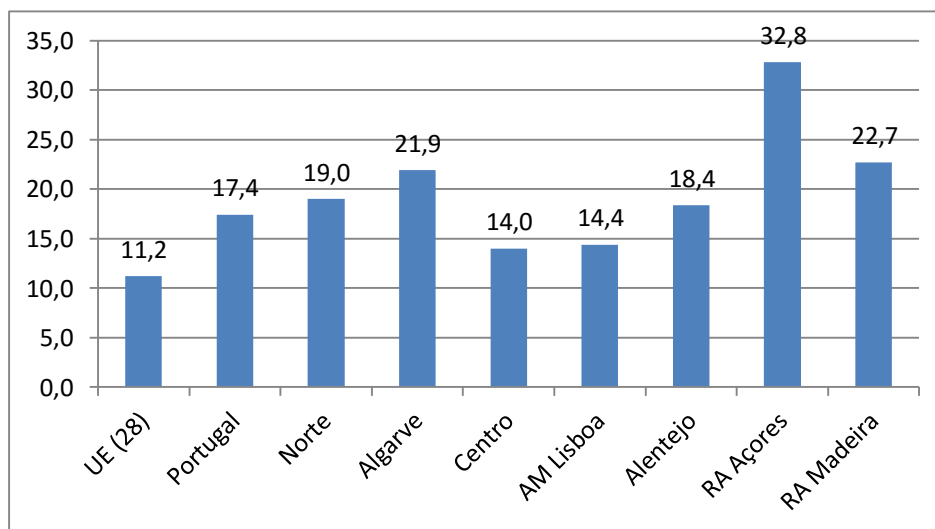
Gráfico 2. Percentagem dos jovens 15-34 anos na população residente em 2014



Fonte: Pordata, INE - Estimativas Anuais da População Residente

No que respeita a indicadores de escolaridade e de escolarização os Açores exibem os piores resultados nacionais em quase todos os indicadores, no conjunto do território nacional (Palos, 2012).

Gráfico 3. Abandono precoce de educação e formação, em Portugal e na UE 2014



Fonte: Eurostat

No caso dos jovens em abandono precoce de educação e formação a taxa regional é a mais elevada da União Europeia (Gráfico 3), atingindo praticamente o triplo da média europeia.

Quadro 1. Taxa de desemprego por local de residência e Grupo etário, 2014

	Total	15-24 anos	25-34 anos
Portugal	13,9	34,8	15,5
RA Açores	16,3	41,5	18,7
RA Madeira	15	50,5	20,5

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego

A taxa de desemprego jovem é, também, maior que a média nacional nos dois grupos etários considerados no nosso estudo (15-24 e 25-34 anos).

Estamos pois perante uma região que junta à maior proporção de jovens na população residente nas várias regiões do país, problemas de escolarização e uma elevada taxa de desemprego juvenil. Estão reunidos os ingredientes para que se verifiquem transições difíceis da escola para o mundo do trabalho.

Perfis de saída da escola e ingresso no mercado de trabalho

Os dados empíricos desta comunicação foram recolhidos junto de 406 jovens açorianos (dados provisórios) que não se encontram a estudar (entre os 15 e os 34 anos), no âmbito de um projeto de investigação em desenvolvimento no Observatório da Juventude dos Açores (Juventude Açoriana e Mundo do Trabalho), financiado pelo Governo Regional. Sendo os dados obtidos resultantes de uma primeira análise.

A metodologia utilizada na construção da amostra foi a de estratificação por quotas, tendo-se controlado as variáveis idade, sexo, habilitações literárias, estado civil e, como quota adicional, a situação na profissão.

Os dados foram tratados através do uso de vários métodos estatísticos. Nesta comunicação é utilizada a Análise de Correspondências Múltiplas (ACM), para se elaborarem perfis de saída da escola e de ingresso no mundo do trabalho.

Quadro 2. Motivos de saída da escola

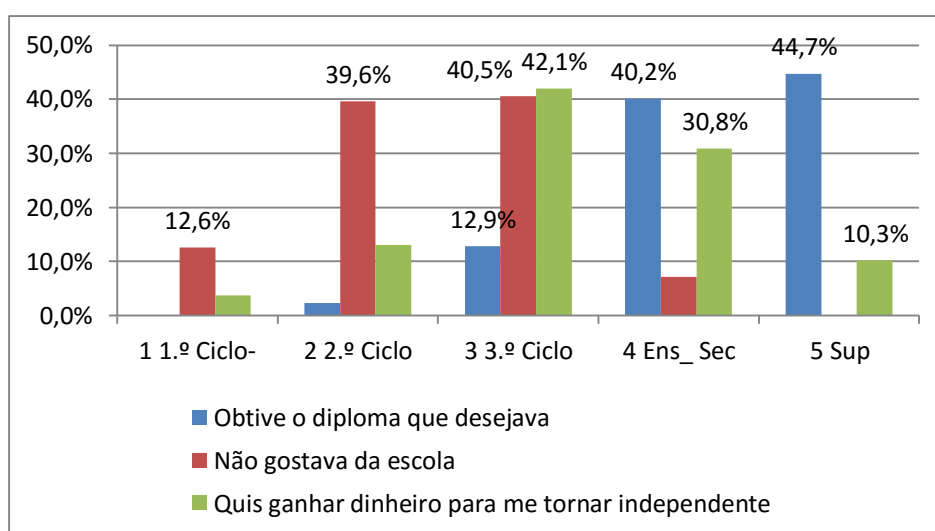
	%
Obtive o diploma que desejava	21,1
Não gostava da escola	17,8
Quis ganhar dinheiro para me tornar independente da minha família	17,1
Os meus pais precisaram que eu fosse trabalhar para ajudar a família	9
Outra situação	6,9
Já tinha reprovado várias vezes	5,9
Trabalhar dá mais oportunidades que estudar	5,9
Quis constituir família/casar/cuidar dos filhos	4,8
Na escola tinha problemas com os professores	1,9
Foi a vontade dos meus pais	1,6
Já não era preciso saber mais	1,6
A escola não serve para nada	1,1

Fazendo uma leitura do papel que o ingresso no mercado de trabalho tem como motivo para se deixar de estudar por razões exteriores à escola podemos encontrar, em primeiro lugar, a ideia de que esta já cumpriu a sua função e, em terceiro, para se conseguir recursos para si próprio. De notar que a ideia de que são os pais que fazem os filhos deixar a escola não tem já muita expressão dado que, apesar de ser o quarto motivo evocado, está a alguma distância dos três

primeiros e marcadamente abaixo do motivo deixar de estudar para se ganhar dinheiro para si próprio.

O segundo motivo mais evocado está relacionado com a própria escola e o desgosto para com esta, algo que também pode ser encontrado em outros motivos menos pontuados, de onde se destaca o número de reprovações (com 5,9%).

Gráfico 4. Os 3 principais motivos para se deixar de estudar, cruzados com a escolaridade



Fonte: Estudo juventude açoriana e mundo do trabalho

O Gráfico 4, construído com as 3 respostas mais pontuadas na questão sobre os motivos para se deixar de estudar, mostra-nos uma tendência clara para a dicotomização das opiniões dos jovens em função da escolaridade: num polo podemos encontrar os que possuem maior escolaridade entre os que deixaram de estudar porque obtiveram o diploma que precisavam (o conjunto do ensino secundário com o superior perfaz 84,9%); noutro polo podemos encontrar os que deixaram a escola por desgosto (o conjunto dos que têm o 1º ciclo ou menos com os que têm o 2º ciclo representa 52,2% e se juntarmos o 3º ciclo obtemos 92,7% dos jovens que escolheram esta opção de resposta).

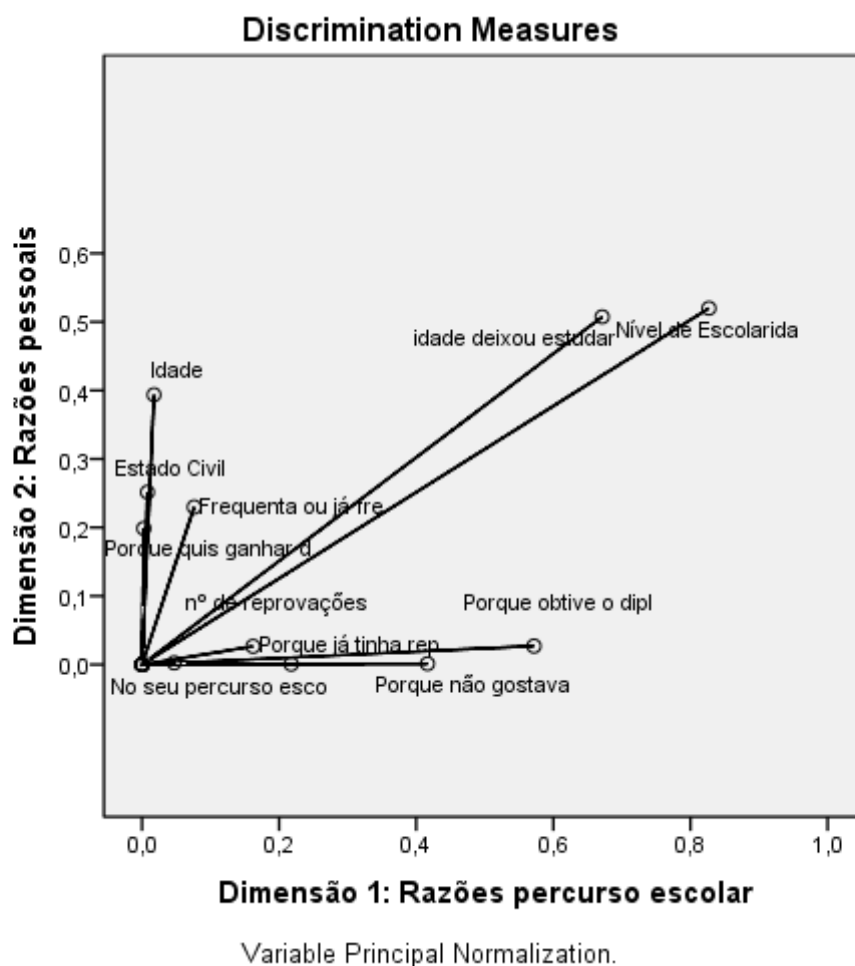
Já a ideia da independência material parece assumir uma posição intermédia no que à distribuição pela escolaridade dos jovens respeita, já que é a única opção de resposta, das três em análise, que se distribui por todas as categorias, embora se concentre mais fortemente entre os que têm o 3º ciclo e o ensino secundário (com 72,9%). Estão pois indiciados três grupos em relação à saída da escola e suas motivações.

De seguida, veremos como é que se caracterizam os jovens em relação a estas questões através da análise multivariada.

Com base nas medidas de discriminação verifica-se que apenas os quatro itens mais pontuados da questão relativa às principais razões porque deixou de estudar (cf. Quadro 2) foram considerados na análise.

Através da Figura 1 podemos analisar as associações entre as variáveis e a respetiva importância para a definição das duas primeiras dimensões. As variáveis nível de escolaridade e idade com que deixou de estudar são as que mais discriminam em ambas as dimensões. No caso da dimensão 1 as variáveis ligadas às razões de deixar de estudar (Porque obtive o diploma que desejava, com uma contribuição de 19,26%, Porque não gostava da escola, 14,01%, Porque já tinha reprovado várias vezes, 7,34%) e ao nº de reprovações (5,45%) são as que discriminam depois do nível de escolaridade (27,85%) e idade que deixou de estudar (22,59%).

Figura 1. Medidas de discriminação (disposição das variáveis ativas e suplementares)



A Idade com que deixou de estudar é uma variável fundamental para a definição da dimensão 2, com uma contribuição de 23.52%, ao qual se associa a idade do jovem (18.27%) e, seguida do seu estado civil (11.69%) e de se frequentou ou não curso profissional (10.67 %). Acresce que é neste eixo que encontramos a razão de saída da escola para ser independente (9.23%).

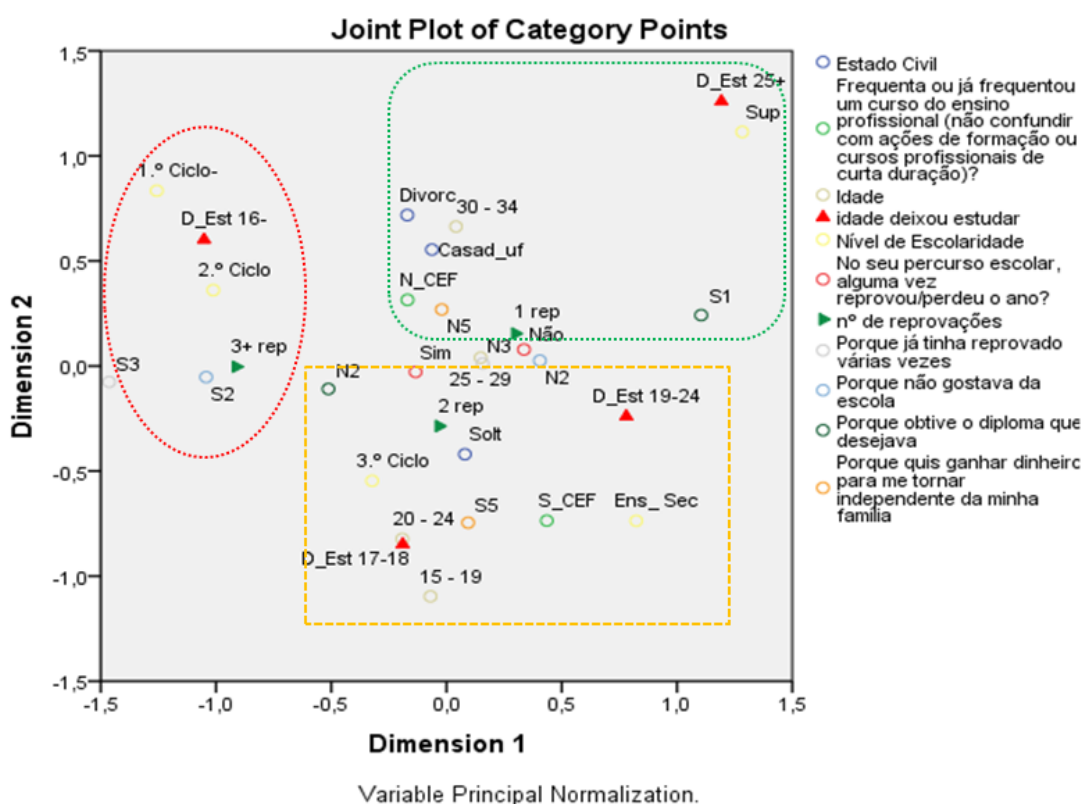
As quantificações das categorias das variáveis utilizadas (Quadro 3) vão permitir projetar as categorias num gráfico bidimensional apresentado na Figura 2. Mas antes disso permitem apresentar as polarizações que estruturam as duas dimensões consideradas.

Quadro 3. Quantificação das categorias das variáveis nas dimensões 1 e 2

Dimensão	Variáveis	Quantificações negativas	Quantificações positivas
1	Nível de escolaridade	1º ciclo ou -	Sup
	nº de reprovações	3+ rep	1 rep
	Obtive o diploma que desejava	Não	Sim
	Não gostava da escola	Sim	Não
	Já tinha reprovado várias vezes	Sim	Não
2	Quis ganhar dinheiro para me tornar independente da minha família	Sim	Não
	Frequenta/ou um curso do ensino profissional	Sim	Não
	Idade	15-19 anos	30-34 anos
	idade deixou estudar	17-18 anos	25+ anos
	Estado Civil	Solteiros	Divorciados E casados/uf

Na dimensão 1 podemos encontrar opostos os indivíduos com pior percurso escolar, expresso no número de reprovações, e pior relação com a escola por contraponto com os que abandonaram a escola por terem alcançado os seus objetivos e com melhor percurso e relação com esta. Podemos, portanto designar este eixo como o da relação com a escola. A dimensão 2 opõe os mais novos que frequentaram um curso profissional e que abandonaram a escola para se tornarem financeiramente independentes aos mais velhos, já casados ou até divorciados, que abandonaram a escola mais tarde e não frequentaram a formação profissional. Neste sentido, este segundo eixo pode ser designado como o da saída pela independência financeira.

Figura 2. Mapa perceptual



Com base no mapa perceptual, podemos destacar essencialmente três grupos de jovens (cf. Figura 2). A análise de *clusters* permitiu-nos confirmar os grupos, perceber o seu peso no total dos jovens e definir os perfis à saída da escola dos jovens açorianos.

Assim, o primeiro grupo, *perfis de exclusão* corresponde a exatamente a 33,3% do total dos jovens entrevistados. Neste, estão compreendidos sobretudo jovens mais velhos (entre 25 e 34 anos com 76,3%). Aliás, considerando que estamos a falar de jovens que já abandonaram a escola, esta é uma situação comum aos três perfis encontrados, com a relativa exceção do perfil 3 como veremos. Encontramos uma predominância do sexo masculino (57,8%) mas não tão grande quanto os estudos sobre as desigualdades de desempenho escolar por género nos poderiam fazer supor.

A maioria é casada ou vive em união de facto (47,4%) mas existe também um número significativo de solteiros (38,5%) e é aqui que podemos encontrar a maior proporção de divorciados dos 3 perfis (14,1%).

Na relação com a escola, é neste *cluster* que encontramos os jovens com uma escolaridade mais baixa (76,3% tem uma escolaridade até ao 2º ciclo em flagrante contraste com os outros dois perfis onde estas escolaridades são quase inexistentes). É também entre eles que encontramos o maior peso das reprovações (77,7% reprovaram pelo menos 1 vez), sobretudo daqueles que reprovaram 3 vezes ou mais, correspondendo a 1 terço do total do perfil (30,8%). A idade em que abandonaram a escola foi bastante abaixo do limiar legal, a maioria fê-lo até aos 16 anos (78,4%) e quase nenhum conta com um curso de formação profissional no seu percurso (6,7%).

Em relação às razões da sua saída da escola, praticamente ninguém invocou a obtenção do diploma que desejava (0,7%), sendo que pontuaram mais o número de reprovações (22,2%) em flagrante contraste com os outros dois perfis onde este motivo praticamente não é evocado. Contudo, o motivo de saída mais evocado foi o desgosto pela escola (54,8%), valor onde também se destacam dos dois outros perfis dos jovens açorianos.

Em síntese, estamos perante jovens que tiveram um percurso escolar curto, mal sucedido e com razões de saída da escola associadas ao desgosto com a experiência escolar. Trata-se como já referimos anteriormente a propósito de um outro estudo sobre jovens açorianos (Palos *et al.*, 2015), do grupo de trajetórias de exclusão, neste caso, escolar.

O segundo perfil, correspondendo aos *jovens qualificados*, tem um peso de 22,3% no total. Neste caso, estamos perante jovens mais velhos (92,6%) de forma mais acentuada do que no grupo anterior, havendo uma clara predominância do sexo feminino (64,9%).

A maioria é solteira (48,9%), mas o valor de casados e divorciados é também significativo (37,2 e 13,8%, respetivamente). Neste sentido, não se distingue sobremaneira do perfil anterior.

É na relação com a escola que o contraste é flagrante. Assim, este perfil caracteriza-se por apresentar a maior escolaridade entre os jovens açorianos, já que 92,6% tem pelo menos o ensino secundário e 71,3% possui o superior. É também aqui que encontramos os que menos reprovaram com 44,7% a não ter nenhuma reprovação. De qualquer forma fica claro que, mesmo entre os jovens mais escolarizados, a maioria reprovou pelo menos uma vez (55,3%). Quase

todos deixaram a escola com 19 anos ou mais (96,7%) e um quinto (21,3%) frequentou um curso de formação profissional. As razões da sua saída da escola prendem-se essencialmente com o terem conseguido o diploma que pretendiam (83%).

Podemos, pois, concluir, que estamos perante o grupo de jovens com melhor desempenho na escola mas, mesmo assim, com algum peso do insucesso, tendo-a deixado por terem atingido os seus objetivos.

O terceiro perfil, o dos jovens com *relação instrumental com a escola*, corresponde a 43,6% do total. Neste podemos encontrar jovens um pouco mais novos do que nos dois outros perfis (72,3% tem entre 20 e 29 anos), com uma ligeira proeminência para o sexo masculino (55,4%). Este grupo destaca-se dos anteriores por apresentar uma ampla maioria de solteiros (78%).

A forma como se relacionam com a escola indicia estarmos perante um grupo intermédio entre os dois anteriores. Assim, quase todos têm o 3º ciclo ou o ensino secundário (89,3%), muito poucos têm uma escolaridade menor (7,9%) e menos ainda a têm maior (2,3%). O seu nível de reprovação é elevado, dado que 70,1% reprovaram pelo menos uma vez, mas, mesmo assim, distingue-se claramente do grupo perfis de exclusão. Quer dizer, não se pode ligar o insucesso escolar a um abandono precoce neste perfil dado que a maioria deixou a escola entre os 17 e os 18 anos (54,5%). Acresce que é aqui que se encontra a maior proporção dos que frequentaram um curso de formação profissional (51,4%) entre os perfis em análise.

A sua situação de grupo intermédio é também visível nas razões evocadas para abandonar a escola, 44,6% fê-lo para ganhar dinheiro para se tornar independente. Os restantes motivos não têm relevância, com a exceção do ter acedido ao diploma que desejava com 29,4%.

Estamos, pois, em presença de um grupo onde a relação com a escola se desenvolveu de forma claramente instrumental, onde as reprovações ao longo do percurso não impediram boa parte de concluir o ensino profissional.

Para perceber como é que os jovens integrados nos três perfis ingressaram no mercado de trabalho e o peso da precariedade cruzámos cada um deles com as principais variáveis para definir esse ingresso.

Quadro 4. Idade início do trabalho

	-15 anos	16-17 anos	18-20 anos	21+ anos	
Perfis de exclusão	32,8%	37,1%	21,6%	8,6%	100,0%
Jovens qualificados	15,7%	22,9%	50,6%	10,8%	100,0%
Relação instrumental com a escola	23,1%	9,9%	19,8%	47,3%	100,0%
Total	22,8%	24,1%	34,0%	19,0%	100,0%

Fonte: Estudo juventude açoriana e mundo do trabalho

Relativamente à idade do início da atividade laboral, no *cluster* 1, Perfis de exclusão, destaca-se o facto de muito poucos terem feito a sua iniciação com 21 anos ou mais, de facto, neste grupo, a maioria fê-lo antes dos 18 anos (69,9%), correspondendo à sua saída precoce da escola. Neste sentido, este perfil contrasta com os outros dois onde a grande maioria abandonou a escola depois dos 18 anos (61,4% e 67,1%, respetivamente).

Quadro 5. Recursos mobilizados para obter o primeiro emprego

	Aju_fam	Aju_amig	Aju_conh	Emp_casa	Curríc	Out_forma	
Perfis de exclusão	56,9%	13,8%	11,2%	7,8%	2,6%	7,8%	100,0%
Jovens qualificados	29,5%	13,9%	12,7%	10,2%	12,0%	21,7%	100,0%
Relação instrumental com a escola	15,4%	13,2%	4,4%	13,2%	29,7%	24,2%	100,0%
	34,6%	13,7%	10,2%	10,2%	13,4%	18,0%	100,0%

Fonte: Estudo juventude açoriana e mundo do trabalho

No que respeito aos recursos mobilizados para a obtenção do primeiro emprego, no *cluster* Perfis de exclusão, a maioria recorreu a interajuda familiar. De facto, se tivermos em conta o conjunto

das redes de interconhecimento mobilizáveis para o efeito² podemos observar que este perfil dependeu essencialmente destas para conseguir o seu primeiro emprego (81,9%). No caso do perfil Jovens qualificados, a tendência, é para alguma sobrerrepresentação da categoria Outras formas (21,7%)³, embora também aqui a maioria tenha recorrido às redes de interconhecimento para obter o seu primeiro emprego (56,1%), verifica-se uma muito maior diversidade de opções.

Em relativo contraste, no *cluster* 3 as formas institucionais de procura de emprego são mais vincadas do que nos outros dois (53,9%), abarcando a maioria dos jovens.

Quadro 6. Vínculo atual

	Taref	Prog_oc	Rec_verd	T_cert<1	T_cert>1	Perm	Bols	
Perfis de exclusão	27,0%	7,9%	1,1%	6,7%	16,9%	40,4%	0,0%	100,0%
Jovens qualificados	10,8%	12,8%	2,0%	14,9%	16,2%	34,5%	8,8%	100,0%
Relação instrumental com a escola	1,2%	5,8%	15,1%	8,1%	19,8%	38,4%	11,6%	100,0%
	12,7%	9,6%	5,3%	10,8%	17,3%	37,2%	7,1%	100,0%

Fonte: Estudo juventude açoriana e mundo do trabalho

Finalmente, centramos a nossa atenção na vinculação existente na atividade atual. Não se verificam grandes diferenças em função dos perfis de saída da escola, nem nas várias categorias de vinculação precária⁴ nem nos contratos permanentes. Existe, contudo, uma exceção a esta ausência de diferenças, os Perfis de exclusão, estão sobrerrepresentados nas formas mais extremas de precariedade (36%) em contraste com a sua ausência total na categoria dos bolseiros. Registe-se ainda que se o contrato permanente representa a forma contratual mais frequente com sensivelmente um terço do total (37,2%), contudo, isso significa que dois terços dos jovens estão em situação de precariedade.

² Ajuda de familiares, amigos e conhecidos.

³ De notar que nesta última categoria podemos encontrar, sobretudo, recursos institucionais de apoio à procura de emprego, em particular a Agência para a Qualificação e emprego, o estágio e a escola (mas em valores tão baixos que não podem constituir categorias autónomas).

⁴ Agregando os contratos a prazo numa categoria e criando outra para as formas mais extremas de precariedade (Contratação à tarefa, Programa ocupacional e Recibos verdes).

Conclusão

A complexificação dos percursos possíveis para o ingresso na idade adulta está especialmente marcado numa dimensão central desse ingresso, a transição escola-trabalho. Num contexto de complexificação das relações laborais em geral, os jovens são particularmente afetados pelas transformações sociais que perpassam o mundo do trabalho. No contexto português, os Açores destacam-se por apresentarem uma população jovem mais numerosa do que qualquer outra região do país, associada a fracos resultados escolares e a uma elevada taxa de desemprego jovem. Também aqui fica clara a importância da escolaridade na definição do destino social dos jovens, em especial no mercado de trabalho, mas também a existência de uma distância considerável entre percursos mais típicos dos países com maiores escolaridades e percursos de escolaridade curta e inserção precoce no mundo do trabalho.

Os três perfis encontrados de saída da escola marcam claramente destinos sociais bastante diversificados e revelam a persistência de formas de relacionamento com a escola associadas a percursos escolares curtos e mal sucedidos lado a lado com outros em que os jovens conseguem concluir toda uma carreira escolar, considerando que a saída da escola se fez por terem alcançado os seus objetivos.

Mas a realidade é mais matizada do que uma simples dicotomia entre os que falham e os que são bem-sucedidos. A existência do grupo intermédio, mais associado a uma relação instrumental, com a escola vem provar isso mesmo. Acrescente-se que os dados apresentados acrescentam um outro cambiante, o insucesso escolar não se confina ao grupo com pior relação com a escola, sendo também evidente nos jovens que se encaixam nos dois outros perfis.

Nos processos de ingresso no mundo de trabalho podemos verificar algumas diferenças entre estes perfis, no primeiro, e para se conseguir o primeiro emprego, tendeu-se muito mais para a mobilização de redes de interconhecimento enquanto no terceiro se recorre mais aos recursos institucionais, enquanto que no segundo se diversificam o tipo de recursos utilizado. A idade em que se dá o ingresso na primeira atividade remunerada é o aspeto que mais marca a diferença entre os perfis, singularizando o primeiro e justificando o seu batismo como Perfis de exclusão, dado que neste o ingresso no mercado de trabalho é vincadamente precoce. Não obstante as diferenças encontradas, no que respeita aos vínculos contratuais podemos observar que a maioria

se encontra numa qualquer forma de precariedade, sensivelmente dois terços, não havendo grandes diferenças, com a relativa exceção constituída pela maior presença dos Perfis de exclusão nas formas contratuais mais precárias. A precariedade no emprego parece, assim, impor-se aos jovens açorianos em geral.

Bibliografia

- Alves, Nuno de Almeida, Cantante, Frederico, Baptista, Inês e Carmo, Renato (2011), *Jovens em transições precárias: trabalho, quotidiano e futuro*, Lisboa Mundos Sociais.
- Beck, Ulrich (2005), *Risk Society: Towards a New Modernity*, London, Sage.
- Biggart, A. and Walther, A. (2006), *Coping with Yo-yo Transitions: Young Adults Struggle for Support, between Family and State in Comparative Perspective*. in C. Leccardi, and E. Ruspini (eds) *A New Youth? Young People, Generations and Family Life*. Aldershot: Ashgate. 41–62.
- Carmo, Renato Miguel, Frederico Cantante (2014), “Precariedade, desemprego e proteção social: caminhos para a desigualdade?”, *Observatório das Desigualdades, ISCTE-IUL, CIES-IUL*.
- Carmo, Renato Miguel, Frederico Cantante and Nuno de Almeida Alves (2014), *Time projections: Youth and precarious employment*, *Time & Society*, 0(0) 1–21.
- Castel, Robert (2009), *La montée des incertitudes: travail, protections, statut de l'individu*, Paris, Ed. du Seuil.
- Centeno, L., Erskine, A., Pedrosa, C. (2000), *Percursos Profissionais de Exclusão Social*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Cruz, Manuel Braga da, Seruya, José Manuel, Reis, Luísa Braula e Schmidt, Luísa (1984), “A condição social da juventude portuguesa”, *Análise Social*, XX, 81-82, 285-308.
- Diogo, Fernando (2010), “Precários voláteis e trajetórias de emprego em carrossel, o caso dos beneficiários do RSI”, *Fórum Sociológico*, 20, 29-38.
- Diogo, Fernando (2012), “Precariedade no emprego em Portugal e desigualdades sociais: alguns contributos”, *Observatório das Desigualdades*, publicado em 26 de Outubro de 2012.
- Dornelas, A. (coord.), Ministro, A., Lopes, F. R., Albuquerque, J. L., Paixão, M. M. e Santos, N. C. (2010), *Emprego, contratação colectiva de trabalho e protecção da mobilidade profissional em Portugal*, Estudo elaborado por solicitação da Ministra do TSS, Lisboa, Policopiado.
- Duarte, A. M. (2009), “Significados e contornos sociais da precariedade” in *Ferve, Dois anos a Ferver: retratos da luta, balanço da precariedade*, Porto, Afrontamento, 43-47.
- Ferreira, Vítor Sérgio (2014), “Trabalho e meios de vida juvenis: análise comparativa entre os censos de 2001 e 2011”, in *Observatório Permanente da Juventude* acedido em 12 de Novembro de 2014 em <http://www.opj.ics.ul.pt/index.php/setembro-2014>
- Guerreiro, M. das D., Cantante, F. e Barroso, M. (2009), *Trajetórias escolares e profissionais de jovens com baixas qualificações*. Lisboa, GEPE.
- Guerreiro, Maria das Dores e Abrantes, Pedro (2007), *Transições incertas: Os jovens perante o trabalho e a família*, Lisboa, CITE.
- Guerreiro, Maria das Dores e Pegado, Elsa (2006), *Os jovens e o mercado de trabalho: caracterização, estrangulamentos à integração efectiva na vida activa e a eficácia das políticas*, Lisboa, MTSS, DGEEP.

- Kovács, I. (2013), Flexibilização do mercado de trabalho e percursos de transição de jovens: uma abordagem qualitativa do caso da área metropolitana de Lisboa. Socius Working Papers. Lisboa.
http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/5689/1/WP_01_2013.UV.pdf acedido em 15 de junho de 2015.
- Kovács, Ilona (2005), “Introdução”, in Kovács, Ilona (org.) Flexibilidade de emprego: riscos e oportunidades, Oeiras, Celta, pp. 1-9.
- Lobo, M. C., Ferreira, V. S., & Rowland, J. (2015), Emprego, mobilidade, política e lazer: situações e atitudes dos jovens portugueses numa perspectiva comparada, Lisboa, OPJ.
- Lopes, João Teixeira (1996), Tristes escolas: práticas culturais estudantis no espaço escolar urbano, Porto, Afrontamento.
- Marques, Ana Paula (2010), “«Sacralização» do mercado de trabalho. Jovens diplomados sob o signo da precariedade”, Configurações, 7, 65-89.
- Oliveira, Luísa, Carvalho, Helena e Veloso, Luísa (2011), “Formas atípicas de emprego juvenil na União Europeia” Sociologia, Problemas e Práticas, 66, 27-48.
- Oliveira, Luísa, Carvalho, Helena e Veloso, Luísa (2013), “O emprego juvenil a tempo parcial na Europa” in Marques, Ana Paula, Carlos Gonçalves, Manuel e Veloso, Luísa (Coord.), Trabalho, organizações e profissões: recomposições conceptuais e desafios empíricos, Lisboa, APS, 101-124.
- Pais, José Machado (1998), “Grupos juvenis e modelos de comportamento em relação à escola e ao trabalho: resultados de análises factoriais” in Pais, José Machado e Cabral, Manuel Villaverde, Jovens portugueses hoje, Oeiras, Celta, 135-197.
- Pais, José Machado (2001), Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro, Porto, Âmbar.
- Palos, Ana Cristina (2002), Os jovens, a educação e o trabalho: estratégias de escolarização e projectos de futuro (o caso de jovens açorianos), Angra do Heroísmo, Tese de doutoramento UAc (policopiado).
- Palos, Ana Cristina (2012), “Educação” in Rocha, Gilberta, Palos, Ana Cristina, Diogo, Fernando e Tomás, Licínio, Dinâmica demográfica, educação, emprego e desigualdades sociais nos Açores - 2014 a 2020, Ponta Delgada, CES-UA, pp. 48-101.
- Palos, Ana Cristina, Diogo, Fernando e Silva, Osvaldo (2015), “Schooling and Professional Trajectories of Young People: A View from the European Periphery”, Eurasian Journal of Social Sciences, 3(4), 2015, 1-9.
- Rebelo, G. (2004), Flexibilidade e precariedade no trabalho: análise e diagnóstico, Lisboa, Fundação Para a Ciência e Tecnologia.
- Santana, Vera e Centeno, Luís Gomes (coord.) (2000), Formas de trabalho, trabalho temporário; subcontratação, Lisboa, Observatório do Emprego e da Formação Profissional.
- Serracant, Pau (2012), Changing youth? Continuities and ruptures in transitions into adulthood among Catalan young people, Journal of Youth Studies, 15:2, 161-176.
- Serracant, Pau (2015), The impact of the economic crisis on youth trajectories: a case study from Southern Europe, Young, 23(1), 39-58